



# SENADO FEDERAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 3244, de 2020**, que *"Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever o direito de as mulheres em situação de violência doméstica e familiar optarem pelo ajuizamento de ações de família nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)	001
Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	002
Senador Luiz do Carmo (MDB/GO)	003
Senador Paulo Paim (PT/RS)	004

**TOTAL DE EMENDAS: 4**



[Página da matéria](#)

**EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 3244, de 2020)

Acrescente-se o seguinte art. 3º ao Projeto de Lei nº 3.244, de 2020, renumerando-se o atual art. 3º como art. 4º:

“**Art. 3º** O inciso III do art. 1.048 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 1.048. ....

.....

III - em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), mesmo nas ações de família ajuizadas contra o autor da violência fora dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na forma do disposto no § 1º do art. 14-A dessa mesma Lei.

..... (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

Por intermédio da Lei nº 13.894, de 29 de outubro de 2019, que promoveu diversas alterações na Lei Maria da Penha, já havia sido introduzido no Código de Processo Civil o inciso III do art. 1.048, dando prioridade de tramitação aos processos em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar.

O nosso intuito com a presente emenda é explicitar que, mesmo quando a ofendida optar por ajuizar as ações de família contra o ofensor nas varas de família, portanto fora do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, ela também possa se valer desse benefício de prioridade na tramitação do seu processo, abreviando, assim, todo o transtorno que certamente lhe causará o litígio com o seu ofensor.

Sala das Sessões,

Senadora ELIZIANE GAMA

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 3.244, de 2020)

Dê-se ao art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, na forma do que dispõe o art. 2º do Projeto de Lei nº 3.244, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 2º .....

Art. 22. ....

.....

VIII – separação de corpos.

.....

§ 5º Revogada a prisão preventiva ou relaxada a prisão em flagrante, com ou sem fiança, o juiz deverá aplicar, de forma imediata e obrigatória, ao agressor as medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII do *caput* deste artigo, sem prejuízo de outras medidas que se fizerem necessárias, cujos efeitos irão persistir até o trânsito em julgado da sentença. (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), fixa, nos termos do *caput* do seu art. 22, que, se constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

a) suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

b) afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

c) proibição de determinadas condutas, entre as quais:

- c.1) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
- c.2) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
- c.3) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- d) restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
- e) prestação de alimentos provisionais ou provisórios;
- f) comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação;
- g) acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual ou em grupo de apoio.

Por sua vez, o Projeto de Lei nº 3.244, de 2020, ao tratar das interconexões entre as competências de julgamento das Varas de Família e dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher naquilo que se refere ao macrossistema de proteção às vítimas de violência doméstica, deixou de abordar uma importante medida de proteção à vida das mulheres e seus familiares, a saber: a dos efeitos decorrentes da prisão em flagrante ou preventiva do agressor. A propósito, acreditamos que separação de corpos deve ser uma das medidas protetivas em benefício da mulher a ser incluída no projeto porque afasta indagações desnecessárias a respeito da continuidade da sociedade conjugal.

Como se pode ler no *caput* do art. 22 da Lei Maria da Penha, o juiz pode aplicar, ou não, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as medidas protetivas de urgência acima expostas, além de outras que se fizerem necessárias. Trata-se de uma faculdade conferida pela lei à livre formação da convicção do julgador que deve ser substituída pela vontade do legislador se o agressor já houver sido preso em flagrante ou preventivamente pela prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. Acreditamos, após inúmeros casos de assassinatos, agressões físicas e estupro horrendos e abomináveis contra as mulheres, que é dever do legislador endurecer ainda mais o tratamento imposto contra o agressor fazendo valer a intenção da lei de impedir e fazer cessar qualquer forma de violência contra a mulher e seus familiares.

É por isso que entendemos que a prisão, qualquer que seja ela, isto é, em flagrante, com ou sem fiança, ou a preventiva, já constitui motivo mais do que suficiente para a imposição de todas as medidas protetivas de urgência

contra o agressor até o trânsito em julgado da sentença, já previstas nos incisos do *caput* do art. 22 da Lei Maria da Penha. Na verdade, estamos dispostos a arrancar do juiz a liberdade de escolher se esta ou aquela medida será imposta contra o agressor, para trazer para o Congresso Nacional a responsabilidade de proteger a vida da vítima de violência doméstica ou familiar, com a obrigatoriedade de imposição imediata de todas as medidas capazes de proteger a mulher e seus familiares do agressor que já foi preso, em flagrante ou preventivamente, em fase anterior do processo por crime de violência doméstica ou familiar.

Nesse contexto, adotamos a prisão do agressor, em flagrante ou preventiva, como o divisor de águas a ser respeitado quanto à obrigatoriedade de se impor todas as medidas protetivas de urgência. De fato, se o agressor foi preso em flagrante pela autoridade policial, ou se foi ordenada a sua prisão preventiva pelo juiz de direito, é imperativa a imposição de todas as medidas protetivas de urgência, previstas no *caput* do art. 22 da Lei Maria da Penha, caso o agressor recupere a liberdade por decisão judicial de soltura. Se preso, em flagrante ou preventivamente, a lei já deveria presumir, *jures et de jure*, a necessidade de imposição das medidas protetivas de urgência contra o agressor, uma vez que ele já se tornou objeto de investigação por violência doméstica e familiar contra a mulher, até o trânsito em julgado da sentença.

É por isso que suplicamos a alteração do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para trazer maior proteção às vítimas de violência doméstica e familiar.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



**PL 3244/2020**  
**00003**

**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador LUIZ DO CARMO

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº N° 3.244, de 2020)

“Modifique-se o artigo 24-A, que passa a ter as seguintes alterações:

Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (anos) anos.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem o intuito de dar mais rigor ao descumprimento da Lei Maria da Penha.

São inúmeros casos em que o agressor recebe uma determinação judicial, que visa proteger a vítima, e acaba descumprindo. São diversos os motivos, mas o principal dele é o abrandamento da pena que hoje é de detenção de três meses a dois anos.

Levando isso em conta, sugerimos que as medidas impostas pelo juízo de violência doméstica tenham mais eficácia e consiga alcançar sua finalidade que é a preservação da vida da vítima.

Sala das Sessões,

**Senador LUIZ DO CARMO**



**PL 3244/2020  
00004**

**SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM**

**EMENDA DE PLENARIO AO  
PROJETO DE LEI nº 3.244, de 2020**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Inclua-se no art. 2º a seguinte alteração ao artigo 12-C da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006:

“Art. 12-C Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:

I - pela autoridade judicial;

**II - pelo delegado de polícia; ou**

**III - pelo policial, quando não houver delegado disponível no momento da denúncia.**

.....  
**§ 3º Não sendo suficientes ou adequadas as medidas protetivas previstas no caput, a autoridade policial representará ao juiz pela aplicação de outras medidas protetivas ou pela decretação da prisão do agressor.”(NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**



SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

O PL 3.244, de 2020, permite a esta Casa retomar discussões sobre aperfeiçoamentos necessários à Lei Maria da Penha, visando a sua maior efetividade.

Trata-se de Lei que é um marco na defesa dos direitos humanos, e que vem permitindo a proteção mais efetiva das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, mas cuja aplicação de meios, num país em que o Estado se mostra ausente em situações críticas para o cidadão.

No caso da violência doméstica e familiar, a Lei nº 13.505 de 8 de novembro de 2017 trouxe aperfeiçoamentos importantes, mas que foram vetados pelo Presidente da República, sob argumento, infundado, de inconstitucionalidade.

A Lei nº 13.827, de 2019, superou essa falha interpretativa, visto que a previsão de adoção de medidas protetivas pela autoridade policial, de pronto, não afastaria a atuação do Poder Judiciário, tendo sido restaurada a previsão já contida no dispositivo vetado. O novo art. 12-C passou a prever, como previa o dispositivo vetado, que, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será **imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência** com a ofendida pela autoridade judicial; pelo delegado de polícia, **quando o Município não for sede de comarca**; ou pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. Embora a solução ainda preveja a precedência da autoridade judicial, foi fixado o prazo máximo de 24 horas para que o juiz decida sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada pela autoridade policial, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.

Essa redação, contudo, ainda não é suficiente para conferir a celeridade necessária, pois a autoridade policial ainda estará impedida de adotar as medidas protetivas, cabendo ao delegado fazê-lo apenas no caso de o município não ser sede de comarca.

Todavia, a justificação adotada para o veto, e que a alteração legal posterior tentou contornar ao prever a precedência do Magistrado, não procede, pois se a autoridade policial pode decretar a prisão em flagrante do agressor, mais razão terá para adotar, de pronto, as medidas protetivas, sempre assegurada a comunicação ao Juiz, que poderá revogá-las ou confirmá-las, no prazo assinalado.

Assim, prever que a autoridade policial poderá adotar as medidas em caráter de urgência não incorre em inconstitucionalidade aos artigos 2º e 144, § 4º, da Constituição, nem configuram invasão de competência afeta ao Poder Judiciário, ou ampliação de competência da autoridade policial. Tampouco há





**SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM**

prejuízo à vítima, pois, se a autoridade policial entender não ser o caso de adoção das medidas protetivas, ainda assim elas poderão ser determinadas pelo Judiciário, cabendo à autoridade policial o seu cumprimento.

Além disso, não foi incluída, na nova disposição legal, a previsão de que “não sendo suficientes ou adequadas as medidas protetivas previstas no caput, a autoridade policial representará ao juiz pela aplicação de outras medidas protetivas ou pela decretação da prisão do agressor.”

A Lei vetada previa, de fato, conjunto mais amplo de medidas protetivas, e, ainda assim, permitira a sua ampliação. O texto vigente a limita ao afastamento do agressor do lar.

Assim, é necessário assegurar a capacidade plena de ação urgente da autoridade policial, e restabelecer, de pronto, a previsão expressa de que tanto o juiz quanto a própria autoridade policial poderão adotar as medidas necessárias à proteção da vítima, além do próprio afastamento do agressor do lar ou local de convivência.

Sala das Sessões,

**SENADOR PAULO PAIM**